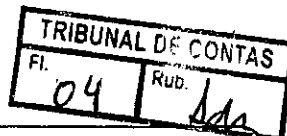




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
LEI MUNICIPAL Nº 571, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003.



Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município e dá outras providências.

Josemar Magagnin, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Barra do Guarita.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º - Cargo público é o criado em lei, em número certo, com denominação própria, remunerado pelos cofres municipais, ao qual corresponde um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor público.

Parágrafo único - Os cargos públicos serão de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 4º - A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - A investidura em cargo do magistério municipal será por concurso de provas e títulos.

§ 2º - Somente poderão ser criados cargos de provimento em comissão para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento, e seu provimento, nos casos, condições e percentuais mínimos, será destinado aos servidores de carreira.

Art. 5º - Função gratificada é a instituída por lei para atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento, sendo privativa de detentor de cargo de provimento efetivo, observados os requisitos para o exercício.

Art. 6º - É vedado cometer ao servidor atribuições diversas das de seu cargo, exceto encargos de direção, chefia ou assessoramento e comissões legais.

TÍTULO II
DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 7º - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

- I - ser brasileiro;**
- II - ter idade mínima de dezoito anos;**
- III - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;**
- IV - gozar de boa saúde física e mental, com prova da mediante exame médico;**
- V - gozar dos direitos políticos;**
- VI - ter atendido a outras condições prescritas em lei.**

Art. 8º - Os cargos públicos serão providos por:

- I - nomeação;**
- II - recondução;**
- III - readaptação;**
- IV - reversão;**
- V - reintegração;**
- VI - aproveitamento.**
- VII - promoção.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

Parágrafo único - Entre os meses de maio e novembro de cada ano, o Município poderá pagar, como adiantamento da gratificação referida, de uma só vez, metade da remuneração percebida no mês anterior.

Art. 84 - Em caso de exoneração, falecimento ou aposentadoria do servidor, a gratificação natalina será devida proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração, falecimento ou aposentadoria.

Art. 85 - A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção II**Do adicional por tempo de serviço**

Art. 86 - O adicional por tempo de serviço é devido à razão de um por cento por ano de serviço público ininterrupto prestado ao Município, incidente sobre o vencimento da classe do servidor ocupante de cargo efetivo.

§ 1º - Computar-se-á para a vantagem o tempo de serviço anteriormente prestado ao Município, sob qualquer forma de ingresso, desde que sem solução de continuidade com o atual.

§ 2º - O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio.

Subseção III**Dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade**

Art. 87 - Os servidores que executarem atividades penosas, insalubres ou perigosas, farão jus a um adicional incidente sobre o valor do menor padrão de vencimentos do quadro de servidores do Município.

Parágrafo único - As atividades penosas, insalubres ou perigosas serão definidas em lei própria.

Art. 88 - O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de trinta, vinte ou dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo.

Art. 89 - Os adicionais de periculosidade e de penosidade serão, respectivamente, de trinta e vinte por cento.

Art. 90 - Os adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade não são acumuláveis, cabendo ao servidor optar por um deles, quando for o caso.

Art. 91 - O direito ao adicional de penosidade, insalubridade ou periculosidade, cessará com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão, sendo sua concessão ou eliminação precedidas de laudo pericial, realizado por Médico ou Engenheiro do Trabalho.

Subseção IV**Do adicional noturno**

Art. 92 - O servidor que prestar trabalho noturno fará jus a um adicional de 20% sobre o vencimento do cargo.

§ 1º - Considera-se trabalho noturno, para efeito deste artigo, o executado entre as 22 horas de um dia e as 05 horas do dia seguinte.

§ 2º - Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, o adicional será pago proporcionalmente às horas de trabalho noturno.

SEÇÃO III**Do prêmio por assiduidade**

Art. 93 - Após cada cinco anos ininterruptos de serviço prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus a um prêmio por assiduidade de valor igual a um mês de vencimento do seu cargo efetivo, mesmo que esteja no exercício de cargo em comissão ou função gratificada.

Art. 94 - Interrompem o quinquênio, para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

- I - penalidade disciplinar de suspensão;
- II - afastamento do cargo em virtude de:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

da publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º - O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20-98, poderá aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, na data da publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a 70% (setenta por cento) do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o caput, acrescido de 5% (cinco por cento) por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de 100% (cem por cento).

§ 2º - O professor, que, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, de 15-12-98, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação da Emenda Constitucional nº 20-98 contado com o acréscimo de 17% (dezesete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

§ 3º - O servidor de que trata este artigo, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no caput, permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal.

Art. 246 - A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação da Emenda Constitucional nº 20-98, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 247 - Ficam revogadas as seguintes Leis:

Lei Municipal nº 56/1993 - Dispõe sobre Regime Jurídico Único dos Servidores.

Lei Municipal nº 485/2002 - Altera Lei 56/1993

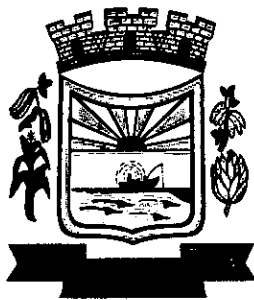
E revoga o Art. 7º da Lei Municipal nº 535/2003.

Art. 248 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Guarita/RS, 16 de dezembro de 2003


JOSEMAR MAGAGNIN
Prefeito Municipal.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita

TRIB. DE CONTAS DO ESTADO	
Fl. 07	RUB. Adr

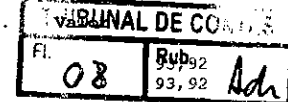
INFORMAÇÃO

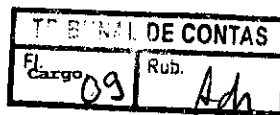
Informamos ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/RS, que não existe Laudo Técnico Pericial para atividades insalubres, autorizando o pagamento de adicionais de insalubridade, tão pouco lei própria regulando a matéria.

Barra do Guarita, 14 de julho de 2009.


Mario Vogt
Depto Pessoal

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc	R Compl.	Valor
00001	590/01	Aldonir Borges dos Santos	18/03/1994	0022-Motorista de Caminhoes	02/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			06/2009	-	20	93,92
00001	2348/01	Angela V.Da Luz Nascimento	16/05/2003	0049-Vigilante Sanitario	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	87,67
00003		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			06/2009	-	20	93,92
00001	4928/01	Antonio Carlos Neckel	03/07/2008	0025-Operador de Maquina	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009	-	20	93,92
00001	4944/01	Cleber Lorenzon	03/07/2008	0025-Operador de Maquina	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009	-	20	93,92
00001	1937/01	Cleomar Tiburski	06/03/2003	0021-Motorista de Carro Leve	02/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			06/2009	-	20	93,92
00001	884/01	Dario Rodrigues da Silva	18/03/1994	0021-Motorista de Carro Leve	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009	-	20	93,92
00001	264/01	Edemar Alcindo Fagundes	15/04/1994	0016-Agente de Servicos Gerais	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00001	2259/01	Elci Terezinha F. De Carvalho	18/03/2003	0016-Agente de Servicos Gerais	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00001	2070/01	Eliane Salete Godoy	18/03/2003	0027-Auxiliar de Enfermagem	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009	-	20	93,92
00001	736/01	Gelci Luis Paschoali	02/01/1996	0021-Motorista de Carro Leve	01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			03/2009	-	20	87,67

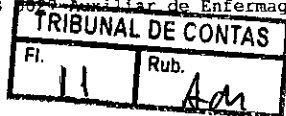




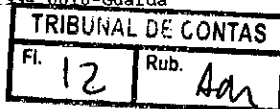
Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Data	Calo	R Compl.	Valor
00003		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
4626/01	Gilmar Jose da Silva	01/10/2007 0068-Eletricista					
00001		0055-Insalubridade - 20%		01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
4987/01	Helinton L. Dos S. Teixeira	15/07/2008 0025-Operador de Maquina					
00001		0055-Insalubridade - 20%		01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
272/01	Joao Breskovit	01/04/1995 0023-Carpinteiro					
00001		0055-Insalubridade - 20%		01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
353/01	Joao Missio	01/07/1996 0022-Motorista de Caminhoes					
00001		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
5134/01	Joel Paier	09/10/2008 0022-Motorista de Caminhoes					
00001		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
1910/01	Josimar Paschoali	14/03/2003 0021-Motorista de Carro Leve					
00001		0055-Insalubridade - 20%		01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
4936/01	Luciano Luis Patzlaff	03/07/2008 0025-Operador de Maquina					
00001		0055-Insalubridade - 20%		01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
2208/01	Marcelo Gadenz	14/03/2003 0021-Motorista de Carro Leve					
00001		0055-Insalubridade - 20%		01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%		04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%		05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%		06/2009	-	20	93,92
1260/01	Marise Beatriz Paier	18/03/2003 0027-Auxiliar de Enfermagem					
00001		0055-Insalubridade - 20%		01/2009	-	20	93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%		02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%		03/2009	-	20	93,92

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Fl.	Rub.	Data	Calc	R Compl.	Valor
00004		0055-Insalubridade - 20%			10	Adm	04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	2038/01	Marli Andriolli Massuda	11/03/2003	0050-Merendeira						
00002		0055-Insalubridade - 20%					01/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	87,67
00004		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	2267/01	Meri Teresinha Schutx	18/03/2003	0051-Tecnico Em Enfermagem						
00002		0055-Insalubridade - 20%					01/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	87,67
00004		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	2003/01	Natalicio Heineck	18/03/2003	0016-Agente de Servicos Gerais						
00002		0055-Insalubridade - 20%					01/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					02/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	302/01	Pedro de Lima Machado	18/03/1994	0016-Agente de Servicos Gerais						
00002		0055-Insalubridade - 20%					01/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					02/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	2364/02	Renato Constancio	11/08/2004	0021-Motorista de Carro Leve						
00002		0055-Insalubridade - 20%					02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	2194/01	Rosani Margarete C. Preuss	11/03/2003	0051-Tecnico Em Enfermagem						
00002		0055-Insalubridade - 20%					02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	4995/01	Rui dos Santos	15/07/2008	0025-Operador de Maquina						
00002		0055-Insalubridade - 20%					01/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					02/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	981/01	Soeli de Fatima Moura Novak	09/02/1998	0039-Agente Administrativo Aux						
00002		0055-Insalubridade - 20%					01/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					02/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92
00001	1686/02	Soraia Bitencourt Patatt	24/02/2005	0049-Vigilante Sanitario						
00002		0055-Insalubridade - 20%					02/2009	-	20	93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%					03/2009	-	20	93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%					04/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					05/2009	-	20	93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%					06/2009	-	20	93,92

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc	R Compl.	Valor
	1678/01	Valda Maria Constancio	18/03/2003	0022-Auxiliar de Enfermagem				
00001		0055-Insalubridade - 20%			01/2009 -	20		59,49
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009 -	20		81,40
00003		0055-Insalubridade - 20%			04/2009 -	20		93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			05/2009 -	20		93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			06/2009 -	20		93,92
	5002/01	Vanderlei Luis Missio	02/07/2008	0022-Motorista de Caminhoes				
00001		0055-Insalubridade - 20%			01/2009 -	20		93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009 -	20		93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009 -	20		93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009 -	20		93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009 -	20		93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009 -	20		93,92
	1619/01	Vera Vogt Neckel	06/03/2003	0027-Auxiliar de Enfermagem				
00001		0055-Insalubridade - 20%			01/2009 -	20		93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009 -	20		93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009 -	20		93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009 -	20		93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009 -	20		93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009 -	20		93,92
	442/01	Vilma Missio Kappes	01/07/1996	0017-Servente				
00001		0055-Insalubridade - 20%			01/2009 -	20		93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009 -	20		93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009 -	20		93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009 -	20		93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009 -	20		93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009 -	20		93,92
	329/01	Vilmar Gadenz	01/09/1994	0022-Motorista de Caminhoes				
00001		0055-Insalubridade - 20%			01/2009 -	20		93,92
00002		0055-Insalubridade - 20%			02/2009 -	20		93,92
00003		0055-Insalubridade - 20%			03/2009 -	20		93,92
00004		0055-Insalubridade - 20%			04/2009 -	20		93,92
00005		0055-Insalubridade - 20%			05/2009 -	20		93,92
00006		0055-Insalubridade - 20%			06/2009 -	20		93,92
Total Geral (183)								
		0055-Insalubridade - 20%			01/2009	9		2.407,49
					02/2009			2.711,16
					03/2009			2.980,44
					04/2009			3.099,36
					05/2009			3.005,44
					06/2009			2.911,52



Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc	R Compl.	Valor
	221/01	Derci das Chagas	18/03/1994	0018-Guarda				
00001		0056-Insalubridade - 30%			01/2009	-		140,88
00002		0056-Insalubridade - 30%			02/2009	-		140,88
00003		0056-Insalubridade - 30%			03/2009	-		140,88
00004		0056-Insalubridade - 30%			05/2009	-		140,88
00005		0056-Insalubridade - 30%			06/2009	-		140,88
	299/01	Marcolino de Christo	18/03/1994	0016-Agente de Servicos Gerais				
00001		0056-Insalubridade - 30%			01/2009	-		140,88
00002		0056-Insalubridade - 30%			02/2009	-		140,88
00003		0056-Insalubridade - 30%			03/2009	-		140,88
00004		0056-Insalubridade - 30%			05/2009	-		140,88
00005		0056-Insalubridade - 30%			06/2009	-		140,88
Total Geral (10)		0056-Insalubridade - 30%			01/2009	9		281,76
					02/2009			281,76
					03/2009			281,76
					05/2009			281,76
					06/2009			281,76



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

TRIB.	CONTAS
Fl. 13	Rub. Adm


INFORMAÇÃO

Informamos ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/RS, que os servidores abaixo relacionados, tiraram férias no período de janeiro à junho de 2009, e receberam a integralidade do adicional de insalubridade junto com seus vencimentos, pois o sistema não faz a demonstração separadamente da verba do adicional de insalubridade.

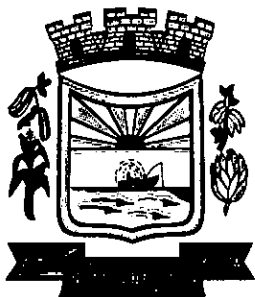
Nome do funcionário	Mês/Ano 2009	Data Pagto	Valor
Aldonir Borges dos Santos	Janeiro	26/01/09	93,92
Angela V. da Luz Nascimento	Fevereiro	11/02/09	93,92
Cleomar Tiburski	Janeiro	26/01/09	93,92
Edemar Alcindo Fagundes	Junho	10/06/09	93,92
Elci Terezinha F. de Carvalho	Junho	10/06/09	93,92
Gelci Luís Paschoali	Fevereiro	11/02/09	93,92
João Missio	Janeiro	26/01/09	93,92
Marli Andriolli Massuda	Fevereiro	11/02/09	93,92
Meri Teresinha Schutz	Fevereiro	11/02/09	93,92
Pedro de Lima Machado	Maio	14/05/09	93,92
Renato Constâncio	Janeiro	26/01/09	93,92
Rosani Margarete C. Preuss	Janeiro	26/01/09	93,92
Soraia Bitencourt Patatt	Janeiro	26/01/09	93,92
Valda Maria Constâncio	Março	12/03/09	93,92
Derci das Chagas	Abril	13/04/09	140,88
Marcolino de Christo	Abril	13/04/09	140,88

Obs: Joel Paier, passou a perceber o adicional de insalubridade, a partir do mês de fevereiro.

Barra do Guarita, 16 de julho de 2009.


Marie Vogt
Depto Pessoal





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita

INFORMAÇÃO



Informamos ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS – as competências e datas de pagamento das folhas salariais do Executivo Municipal de Barra do Guarita, durante o exercício de 2009.

Mês / Competência – 2009	Data de Pagamento
Janeiro	29/01/2009
Fevereiro	27/02/2009
Março	31/03/2009
Abril	30/04/2009
Maiο	29/05/2009
Junho	30/06/2009

Responsável pelas Informações

Nome: Mario Vogt

Cargo: Depto. Pessoal

Assinatura: _____

Data: 14/07/2009.

Carimbo do Órgão

Lei Municipal nº 572, de 16 de dezembro de 2003.

Reestrutura a Autarquia Municipal do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Guarita e dá outras providências.

JOSEMAR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

TÍTULO I

Do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Guarita

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares e dos Objetivos

Art. 1º Fica **reestruturado**, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Guarita – RPPS de que trata o art. 40 da Constituição Federal, denominado “Fundo de Aposentadoria e Demais Benefícios do Servidor de Barra do Guarita – FABS”, entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira e com natureza contábil e atuarial.

Art. 2º O FABS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte; e

II - proteção à maternidade e à família.

§ 1º - O repasse dos valores para o FABS por parte dos servidores e do Município poderá ser automático, descontado diretamente à conta corrente quando do ingresso da cota parte do ICMS e/ou da cota parte do FPM relativa à última parcela do mês em curso.

§ 2º - Caso não haja integralização completa dos valores previstos no parágrafo anterior, o saldo remanescente deverá ingressar na cota subsequente, e assim sucessivamente.

CAPÍTULO II

Dos Beneficiários

§ 3º O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração e subsídios pagos aos servidores segurados do FABS no ano anterior.

§ 4º Os recursos do FABS serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 5º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão as resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a aplicação em títulos públicos, exceto os títulos públicos federais, bem como a utilização desses recursos para empréstimo, de qualquer natureza.

Art. 13 - As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e II do art. 12 serão de aplicação das seguintes alíquotas para os segurados e para o Município, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição:

I – Segurados ativos e inativos:

a) 8,5%

II – Contribuição do Município:

a) 21% (vinte e um por cento), vigorando até o final de dezembro de 2003;

b) 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2004;

c) 16,5% (dezesseis e meio por cento) a partir de 1º de janeiro de 2005 em diante.

Art. 14 - Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza percebidas pelo segurado, excluídos os pagamentos de natureza indenizatória:

Parágrafo único – Entende-se como verbas indenizatórias, as abaixo elencadas:

- a) salário-família;
- b) diárias para viagem;
- c) ajuda de custo;
- d) indenização de transporte;
- e) auxílio-alimentação;
- f) auxílio pré-escolar;
- g) função gratificada, e
- h) outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

Art. 15 - O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

Art. 16 - Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do FABS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

Art. 17 - A responsabilidade pelo recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos incisos I e II do art. 12 será do dirigente máximo do órgão ou entidade em que o segurado estiver vinculado e ocorrerá em até dois dias úteis contados da data de

pagamento do subsídio, da remuneração, do abono anual e da decisão judicial ou administrativa.

Art. 18 - O plano de custeio do FABS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo único. Até 31 de julho de cada ano, a avaliação atuarial mencionada no caput será encaminhada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 19 - O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias estabelecidas nos incisos I e II do art. 12.

Parágrafo único. As contribuições a que se referem o *caput* serão recolhidas diretamente pelo servidor, ressalvadas as hipóteses do artigo seguinte.

Art. 20 - O recolhimento das contribuições mencionadas nos incisos I e II do artigo 12 é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, nos seguintes casos:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II - investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do art. 38 da Constituição da República, desde que o afastamento do cargo se dê com prejuízo da remuneração ou subsídio.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso I quando houver opção do servidor pela remuneração ou subsídio do cargo efetivo, o órgão ou entidade cessionária recolherá somente a contribuição prevista no inciso I do art. 12.

Art. 21 - Nas hipóteses de que tratam os arts. 19 e 20, a remuneração de contribuição corresponderá à remuneração ou subsídio relativo ao cargo de que o segurado é titular, calculada na forma do art. 13.

Art. 22 - Nos casos dos arts. 19 e 20, as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e II do art. 12 deverão ser recolhidas até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze.

Parágrafo único. Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 23 - A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita aos juros aplicáveis aos tributos municipais.

Art. 24 - Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o FABS.

§ 2º Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 3º Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do município o pagamento da sua remuneração.

§ 4º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

Art. 45 - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para exercício do seu cargo ou de readaptação deverá ser aposentado por invalidez.

Seção VII Do Salário-Maternidade

Art. 46 - Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último subsídio ou remuneração da segurada.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4º O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

Art. 47 - À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

- I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade;
- II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e
- III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

Seção VIII Do Salário-Família

Art. 48 - Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior a R\$ 560,81 (Quinhentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

Parágrafo único O valor limite referido no caput será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. O valor do salário-família é de R\$ 13,48 (Treze reais e quarenta e oito centavos).

Art. 49 - Quando pai e mãe forem segurados do FABS, ambos terão direito ao salário-família.

Parágrafo único. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.

Art. 50 - O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

Art. 51 - O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

Seção IX Da Pensão por Morte

Art. 52 - A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, quando do seu falecimento.

§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 53 - A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito;

II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 54 - O valor da pensão por morte será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento.

Art. 55 - A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

Art. 83 - Fica o FABS autorizado a efetivar a retenção das contribuições previstas nesta Lei junto à conta corrente nas instituições bancárias, de parte a que faz jus o Município e os Servidores, descontadas por ocasião dos repasses da cota parte do ICMS e/ou da cota parte do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, até a satisfação dos percentuais da folha de pagamentos, sempre até o quinto dia do mês seguinte ao de referência.

Art. 84 - A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto Executivo Municipal.

Art. 85. – Somente no ano de 2003, o décimo terceiro salário não terá contribuição previdenciária.

Art. 86 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao art. 13, a partir do primeiro dia do mês de novembro de 2003.

Art. 87 - Ficam revogadas as seguintes leis municipais:
Lei Municipal Nº 32 de 03/08/1994 – Cria Autarquia
Lei Municipal Nº 16 de 15/12/1997 – Altera Alíquotas
Lei Municipal Nº 382 de 30/01/2001 – Altera Alíquotas

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Guarita, 16 de dezembro de 2003.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

JOSEMAR MAGÁGNIN
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 21	Rub. 122

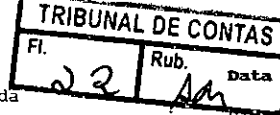
INFORMAÇÃO

Informamos ao Tribunal de Contas do Estado - TCE/RS, que não há Lei Municipal que regulamenta o reajuste do salário família, o valor pago é feito com base no salário família do Inss.

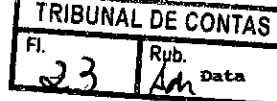
Barra do Guarita, 17 de julho de 2009.


Mario Vogt
Depto. Pessoal





Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Calo	R Compl.	Valor
00001	5118/01	Adelar Soares Padilha 0500-Abono Familia	22/09/2008	0018-Guarda	01/2009 -	1	24,23
00001	2232/01	Aloir dos Santos 0500-Abono Familia	18/03/2003	0018-Guarda	01/2009 -	9	153,63
00001	5088/01	Cleonice Neckel Paschoali 0500-Abono Familia	01/09/2008	0050-Merendeira	01/2009 -	1	24,23
00001	2275/01	Daeane de Cezaro Martins 0500-Abono Familia	18/03/2003	0036-Professor Municipal	01/2009 -	1	24,23
00001	264/01	Edemar Alcindo Fagundes 0500-Abono Familia	15/04/1994	0016-Agente de Servicos Gerais	01/2009 -	1	17,07
00001	485/01	Eliane Brietzke 0500-Abono Familia	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	01/2009 -	1	17,07
00001	3476/01	Fabiane de Moura de Moraes 0500-Abono Familia	24/02/2005	0016-Agente de Servicos Gerais	01/2009 -	1	17,07
00001	2186/01	Ilton Jose Ferri 0500-Abono Familia	11/03/2003	0018-Guarda	01/2009 -	1	17,07
00001	5169/01	Ivone dos Santos 0500-Abono Familia	18/11/2008	0016-Agente de Servicos Gerais	01/2009 -	1	24,23
00001	2160/01	Jalmar Jorge Wagner 0500-Abono Familia	11/03/2003	0022-Motorista de Caminhoes	01/2009 -	C 1	17,07
00001	5134/01	Joel Paier 0500-Abono Familia	09/10/2008	0022-Motorista de Caminhoes	01/2009 -	1	17,07
00001	337/01	Juares Jovane dos Santos 0500-Abono Familia	01/07/1996	0018-Guarda	01/2009 -	1	17,07
00001	965/01	Liane Piffer 0500-Abono Familia	18/03/2003	0036-Professor Municipal	01/2009 -	1	17,07
00001	523/01	Lurdes T. Rossi Bernardi 0500-Abono Familia	02/05/1994	0020-Atendente de Creche	01/2009 -	1	17,07
00001	5193/01	Maria Chieza 0500-Abono Familia	01/12/2008	0016-Agente de Servicos Gerais	01/2009 -	1	24,23
00001	531/01	Maria Neli Felix 0500-Abono Familia	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	01/2009 -	1	17,07
00001	2283/01	Maricleide do Couto Antunes 0500-Abono Familia	18/03/2003	0036-Professor Municipal	01/2009 -	2	34,14
00001	540/01	Maristela Saggim 0500-Abono Familia	15/04/1994	0020-Atendente de Creche	01/2009 -	1	17,07
00001	566/01	Nair Cleci Santa Helena John 0500-Abono Familia	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	01/2009 -	1	17,07
00001	2003/01	Natalicio Heineck 0500-Abono Familia	18/03/2003	0016-Agente de Servicos Gerais	01/2009 -	1	17,07
00001	4537/01	Verlane Sangaletti da Cruz 0500-Abono Familia	03/08/2007	0036-Professor Municipal	01/2009 -	1	17,07
Total Geral (21)		0500-Abono Familia			01/2009 9		547,90



Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Calc	R Compl.	Valor
00001	5118/01	Adelar Soares Padilha 0500-Abono Familia	22/09/2008	0018-Guarda	02/2009 -	1	24,23
00001	2232/01	Aloir dos Santos 0500-Abono Familia	18/03/2003	0018-Guarda	02/2009 -	9	153,63
00001	5088/01	Cleonice Neckel Paschoali 0500-Abono Familia	01/09/2008	0050-Merendeira	02/2009 -	1	24,23
00001	2275/01	Daeane de Cezaro Martins 0500-Abono Familia	18/03/2003	0036-Professor Municipal	02/2009 -	1	24,23
00001	264/01	Edemar Alcindo Fagundes 0500-Abono Familia	15/04/1994	0016-Agente de Servicos Gerais	02/2009 -	1	17,07
00001	485/01	Eliane Brietzke 0500-Abono Familia	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	02/2009 -	1	17,07
00001	3476/01	Fabiane de Moura de Moraes 0500-Abono Familia	24/02/2005	0016-Agente de Servicos Gerais	02/2009 -	1	17,07
00001	2186/01	Ilton Jose Ferri 0500-Abono Familia	11/03/2003	0018-Guarda	02/2009 -	1	17,07
00001	5169/01	Ivone dos Santos 0500-Abono Familia	18/11/2008	0016-Agente de Servicos Gerais	02/2009 -	1	24,23
00001	2160/01	Jalmar Jorge Wagner 0500-Abono Familia	11/03/2003	0022-Motorista de Caminhoes	02/2009 -	1	17,07
00001	337/01	Juarez Jovane dos Santos 0500-Abono Familia	01/07/1996	0018-Guarda	02/2009 -	C 1	17,07
00001	965/01	Liane Piffer 0500-Abono Familia	18/03/2003	0036-Professor Municipal	02/2009 -	1	17,07
00001	523/01	Lurdes T. Rossi Bernardi 0500-Abono Familia	02/05/1994	0020-Atendente de Creche	02/2009 -	1	17,07
00001	5193/01	Maria Chieza 0500-Abono Familia	01/12/2008	0016-Agente de Servicos Gerais	02/2009 -	1	24,23
00001	531/01	Maria Neli Felix 0500-Abono Familia	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	02/2009 -	1	17,07
00001	2283/01	Maricleide do Couto Antunes 0500-Abono Familia	18/03/2003	0036-Professor Municipal	02/2009 -	2	34,14
00002	540/01	Maristela Saggim 0500-Abono Familia	15/04/1994	0020-Atendente de Creche	02/2009 -	1	17,07
00001	566/01	Nair Cleci Santa Helena John 0500-Abono Familia	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	02/2009 -	1	17,07
00001	2003/01	Natalicio Heineck 0500-Abono Familia	18/03/2003	0016-Agente de Servicos Gerais	02/2009 -	1	17,07
00001	4537/01	Verlane Sangaletti da Cruz 0500-Abono Familia	03/08/2007	0036-Professor Municipal	02/2009 -	1	17,07
Total Geral (20)		0500-Abono Familia			02/2009 9		530,83